

I Seminário da Rede Incêndios-Solo e I Simpósio Ibero-Afro-Americano de Riscos
RISCOS, INCÊNDIOS FLORESTAIS E TERRITÓRIO
4 a 6 de novembro de 2015
Universidade do Algarve
Faro, Portugal

EDUCAÇÃO PARA O RISCO

Luciano Lourenço

Departamento de Geografia e Turismo

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

luciano@uc.pt

EDUCAÇÃO

- Para educar é preciso:
 - **Saber, ter conhecimento**
 - Pressupõe a prévia **produção de conhecimento**:
 - Universidades e Organismos públicos e privados;
 - » Produção e divulgação de conhecimentos nem sempre consensual, por vezes, até polémica;
 - **Transmitir o conhecimento**
 - Implica a **formação de transmissores**
 - Ações de Formação específicas, destinadas a Professores/Formadores
 - » Não tem existido formação sistemática de formadores em ciências cindínicas;
 - **Receber o conhecimento**
 - Significa ter públicos-alvo disponíveis
 - População em geral e públicos-alvo específicos
 - » Poucos são os exemplos de programas educativos na área das ciências do risco;
- Mas ter poder e conhecimento não é condição suficiente para educar.
 - **É essencial praticar a pedagogia do exemplo!**

RISCO

- Um conceito que tarda em ser consensual:
 - Está na base da sequência:
 - Risco - Perigo - Crise, que nem sempre assim é entendida.
 - Enquanto não houver uniformidade na sequência de conceitos, torna-se difícil formar Formadores e transmitir conhecimento aos Formandos/Educandos;
- Lucien Faugères (1990) considerou que o risco é:
 - *Sistema complexo de processos cuja modificação de funcionamento é susceptível de acarretar prejuízos diretos ou indiretos (perda de recursos) a uma dada população.*

EDUCAÇÃO PARA O RISCO

- É um tema relativamente recente;
- Tem vindo a ser abordada sob diferentes perspetivas:
 - Algumas delas têm a ver com a **segurança** (na saúde e no trabalho);
 - Outras dizem respeito à **redução do risco** de:
 - Catástrofe naturais;
 - Rebentamento de minas terrestres (anti-pessoal);
 - **Prevenção** de incêndios florestais.

SEGURANÇA

- Em 2000 o **HSE (Health and Safety Executive)** criou um programa de **Educação de Risco em Trabalho** para
 - identificar e influenciar o grau com que as técnicas de gestão de risco são ensinadas nas escolas e noutros estabelecimentos de ensino, incluindo universidades onde os respetivos cursos de graduação conduzem a entrada em profissões críticas para a segurança, como sejam a engenharia e o design.
- O Programa de Educação de Riscos emitiu cinco relatórios para o ensino de risco.
 - Educação e Provisão de Risco: um levantamento das escolas na Inglaterra, Escócia e País de Gales;
 - Prática de Ensino em Educação Risco para 5-16 anos de idade;
 - Avaliação do Risco - Site Educação para Estudantes do Ens. Secundário;
 - Uma Avaliação das Competências e Aprendizagens - Programa Vida;
 - Educação em Engenharia de Riscos - desenvolvimento de novos *curricula*.

SEGURANÇA

- **A AgDARE - Agricultural Disability Awareness and Risk Education**
 - Procura criar a **consciência da inabilidade Agropecuária** através da **Educação para o Risco**.
- **A Associação Risk RED - Risk Reduction Education for Disaster**
 - Procura contribuir para a **segurança do aluno na escola** através das **atividades de segurança e Educação em Prevenção de Catástrofes**.

REDUÇÃO DO RISCO

- **Handicap International** faculta informação vital para as populações em risco sobre como:
 - Reconhecer dispositivos explosivos, como minas terrestres e bombas de fragmentação;
 - Comportar-se numa situação de risco de vida;
 - Evitar acidentes e salvar a vida(s).
- A informação é fornecida através de programas de educação sobre o risco (tanto quanto possível, as equipas usam o sistema de ensino ou redes tradicionais e religiosas para difundir a mensagem):
 - Apresentações em escolas e em reuniões públicas;
 - Distribuição de folhetos alertando sobre os perigos que correm.
- O objectivo geral é permitir que as populações em risco passem a gerir os riscos que correm no seu dia a dia e a longo prazo, de modo a ajudar a reduzir o número de vítimas.

REDUÇÃO DO RISCO

- **Handicap International** tem no terreno, equipas que trabalham em:
 - Recolha de dados sobre acidentes e de vítimas de minas terrestres e engenhos explosivos não detonados, a fim de definir as populações em risco e elaborar mensagens de prevenção adequadas.
 - Educar e mobilizar as populações locais através de várias campanhas de informação e formação, com a participação ativa das redes locais (por exemplo, autoridades locais, tradicionais e religiosas, e administrações nacionais).
 - Educar e mobilizar as crianças inseridas no sistema escolar ou noutras redes educacionais através do desenvolvimento de materiais de ensino, cursos de formação e atividades específicas.

REDUÇÃO DO RISCO

- **UNICEF - Mine risk education (MRE):**
 - Educação sobre o risco de minas é uma iniciativa preventiva de saúde e educação que visa salvar as vidas ou membros de adultos e crianças civis que vivem com a ameaça de minas terrestres, ou que são susceptíveis de enfrentar essa ameaça (por exemplo, durante e após o repatriamento ou regresso das pessoas deslocadas).
 - A sua principal estratégia passa por lhes inculcar comportamentos seguros, através da sensibilização e educação tanto as pessoas em risco, como daqueles que vivem em torno deles e que podem influenciar o seu comportamento.

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

- Uma das áreas onde se tem feito mais sensibilização em Portugal, mas que não pode nem deve ser confundida com educação.
- A visão global apresentada na comunicação anterior dispensa comentários adicionais.

Tendências da “Educação para os Riscos”

- Embora a gestão dos riscos seja competência das entidades governamentais, por via de regra, em Portugal esses organismos:
 - Têm-se preocupado pouco com a educação;
 - Ficam-se, quase sempre, por ações de sensibilização;
- Como consequência, até aqui têm sido as organizações não governamentais a desenvolverem a generalidade dos programas educativos existentes na atualidade.

Mudança de paradigma

- Em boa hora, contrariando essa tendência, o Ministério da Educação e Ciência, em colaboração com a ANPC, editou um *Referencial de Educação para o Risco - Educação Pré-escolar, Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e Ensino Secundário*;
- Trata-se de uma obra com 114 p., aprovada pelo Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, no passado dia 28 de julho de 2015, que bem merece ser divulgada.



Alguns exemplos de aspetos a corrigir

- **Classificação dos riscos**
 - Riscos naturais, tecnológicos e mistos, como consta, ou antes
 - Riscos naturais, antrópicos e mistos, como parece mais lógico ?
- **Clarificação de conceitos**
 - Que, por normalmente aparecerem interligados e organizados de forma hierárquica, o glossário não consegue resolver, tais como os de:
 - ocorrência, incidente, acidente, acidente grave e catástrofe, ou
 - a sequência risco - perigo - crise.
 - Considerar como sinónimos conceitos diferentes:
 - Cheia ou inundação;
 - Acidente grave ou catástrofe;
 - Imprecisões no significado:
 - Movimentos de massa de vertentes, em vez de:
 - Movimentos em massa nas vertentes;
 - Transliterações:
 - Supressão (de incêndios);
 - Incidente, ...

Justificação para a não alteração

- Dada *a posteriori*, depois de ter informado sobre a intenção de publicar a recensão:
 - De natureza jurídico-legal
 - Compreensível do ponto de vista técnico e “político”;
- Todavia, tratando-se de um “Referencial” isto é, de:
 - Um documento que deve ser tomado como ponto de referência, neste caso, na abordagem de diferentes questões de cidadania, pois todos somos proteção civil.
 - Uma obra que contém factos e informações úteis que, por serem de referência, não deverão merecer contestação fácil.

Mudança de paradigma

- Entendemos que se deveria ter aproveitado esta excelente oportunidade para corrigir alguns conceitos menos corretos que teimam em persistir, designadamente nos organismos responsáveis pela edição deste referencial;
- Não conseguimos perceber porque é que não se aproveitou essa rara oportunidade para o fazer, até porque não haveria a muito a corrigir, apesar de sabermos que tal implicaria a alteração de diplomas atualmente em vigor.
- Porque chamámos a atenção para esse facto, quando o documento se encontrava em consulta pública (embora há muito que também sabemos o significado da consulta pública), entendemos redigir uma recensão crítica, que não irei aqui detalhar, porque já está publicada no n.º 22 da Territorium.

Conclusão

- Entendemos que deveria ter sido posto mais cuidado na concepção deste referencial, porventura através do envolvimento de (outros) especialistas na matéria;
- Este documento deveria ser um “Referencial” e não um veículo de difusão de imprecisões, para não lhe chamar de erros, apesar de suportados “legalmente”.

Muito obrigado